

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**Taxa de escolaridade do ensino superior na população com 30-34 anos atinge 44% em 2021, crescendo 4% face a 2020 e 20% desde 2010**

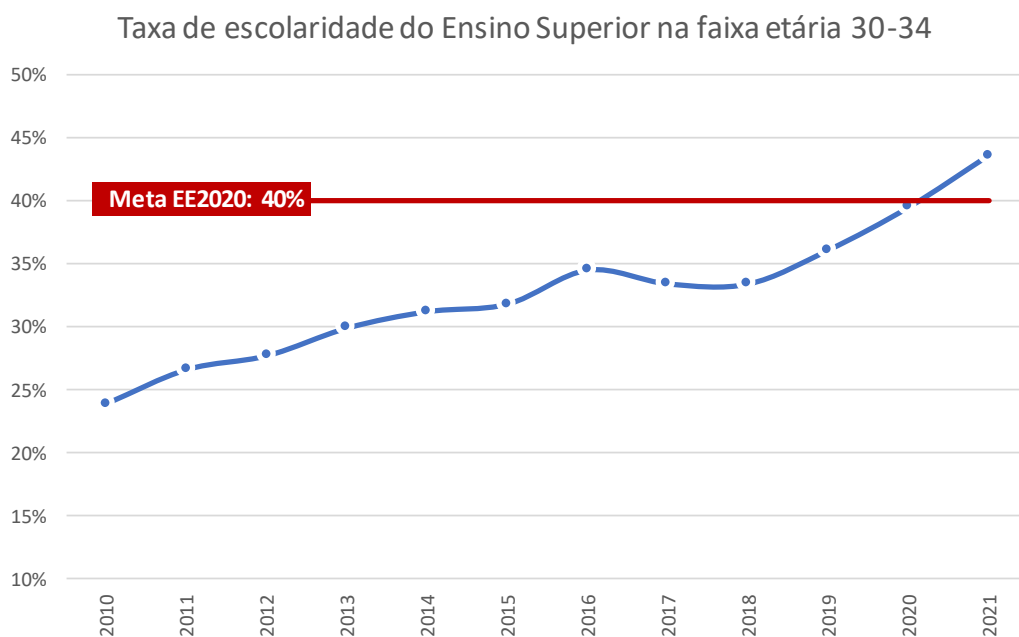
**População ativa com Ensino Superior aumenta 13% no último ano e atinge um novo máximo histórico de 1.65 milhões de pessoas, crescendo 200 mil diplomados**

**Taxa de desemprego entre licenciados voltou a atingir o valor mínimo de 5.3%**

A taxa de escolaridade do ensino superior da população residente entre os 30 e os 34 anos atingiu 44% no final de 2021, continuando a tendência crescente dos últimos anos, e mantendo-se acima da meta europeia de 40% assumida no âmbito da Estratégia Europa 2020.

Os últimos dados do INE conhecidos esta quarta-feira mostram uma taxa de escolaridade de 42% no último trimestre de 2021, correspondendo a uma taxa de escolaridade média anual de 44% relativa ao ano de 2021. Corresponde a um crescimento de 12 pontos percentuais em relação a 2015 e de 20 pontos percentuais quando comparado com 2010.

Figura 1 – Evolução da taxa de escolaridade média anual da população residente entre os 30 e os 34 anos com ensino superior (2010-2021)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. DGEEC.

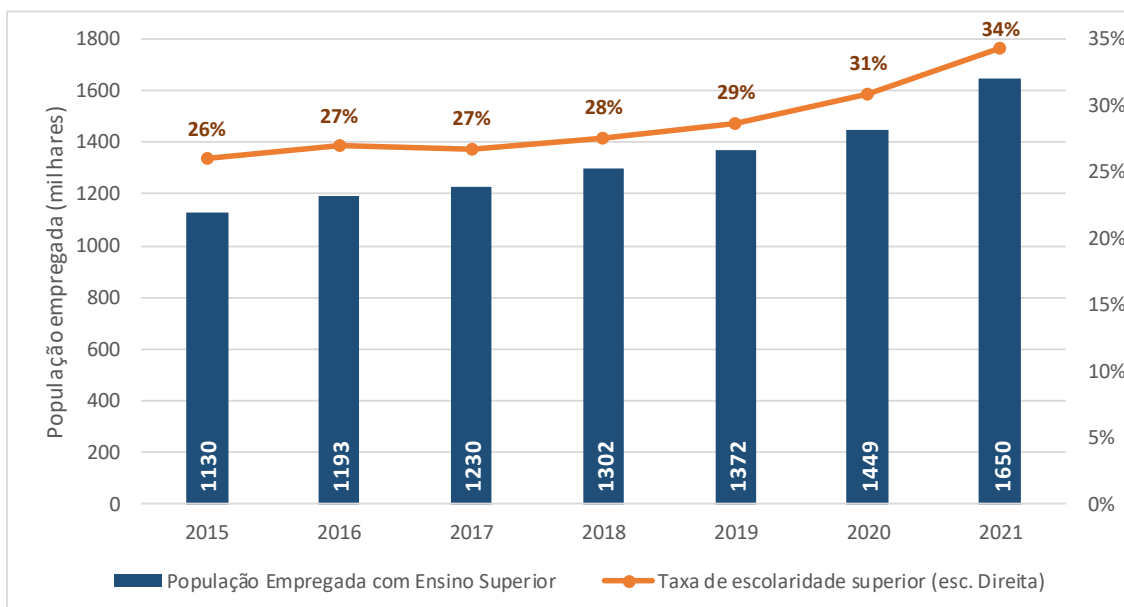
## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

### GABINETE DO MINISTRO

A publicação do INE relativa ao mercado de trabalho conhecida esta quarta-feira permite ainda verificar que a população empregada com ensino superior aumentou 13% entre 2020 e 2021, com **200 mil diplomados adicionais**, passando de cerca de 1.45 para **1.65 milhões de trabalhadores com ensino superior**.

A taxa de escolaridade superior da população empregada, da totalidade das faixas etárias, aumentou para 34%, o que corresponde a um aumento de 9 pontos percentuais face a 2015. Mostra um **aumento de 520 mil diplomados empregados no período 2015-2021**.

Figura 2 – População empregada com ensino superior e taxa de escolaridade da totalidade das faixas etárias (2015-2021)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. DGEEC.

A mesma publicação indica que a taxa de **desemprego entre licenciados voltou a atingir o valor mínimo de 5.3%**, abaixo da média nacional de 6.6%, confirmando os benefícios da conclusão de ensino superior em termos de empregabilidade.

Os dados agora divulgados permitem ainda avaliar a dispersão regional existente ao nível da escolaridade superior:

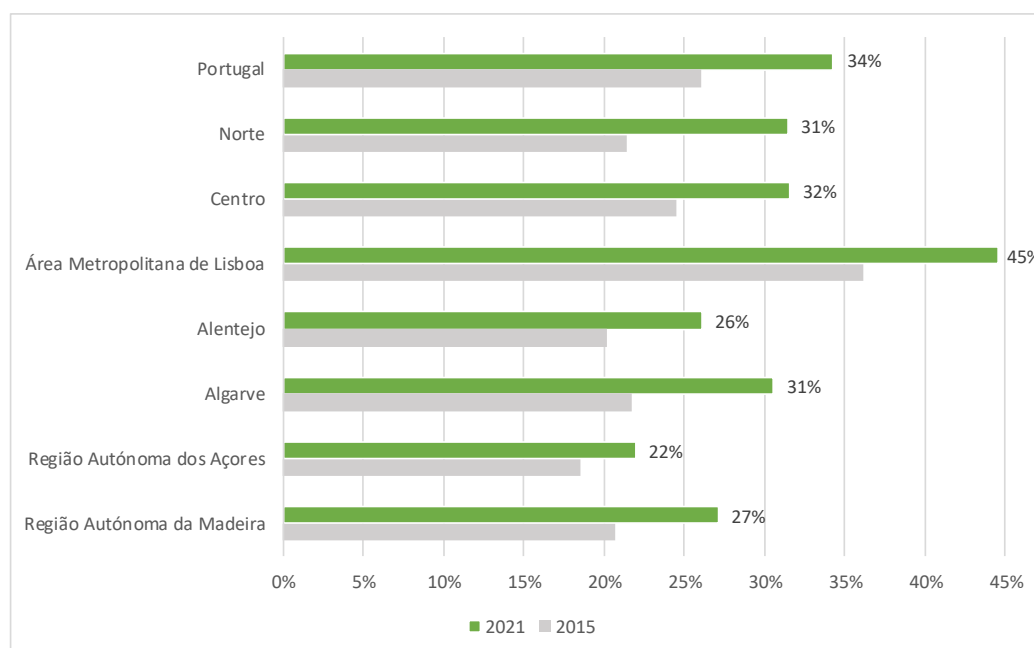
- A Área Metropolitana de Lisboa apresenta a taxa de escolaridade mais elevada entre a população empregada no último trimestre de 2021, com 44% da população empregada com estudos superiores concluídos, seguida da região Centro (32%), da região Norte e Algarve (31%), da Região Autónoma da Madeira (27%), do Alentejo (26%) e da Região Autónoma dos Açores (22%).

## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

### GABINETE DO MINISTRO

- Importa verificar que a tendência nacional positiva verificada desde 2015 é transversal a todo o território, com o Norte a registar o maior aumento (10 pontos percentuais), seguido do Algarve (9 pontos percentuais).

Figura 3 – Taxa de escolaridade do ensino superior da população empregada por região NUTS II (2015-2021)



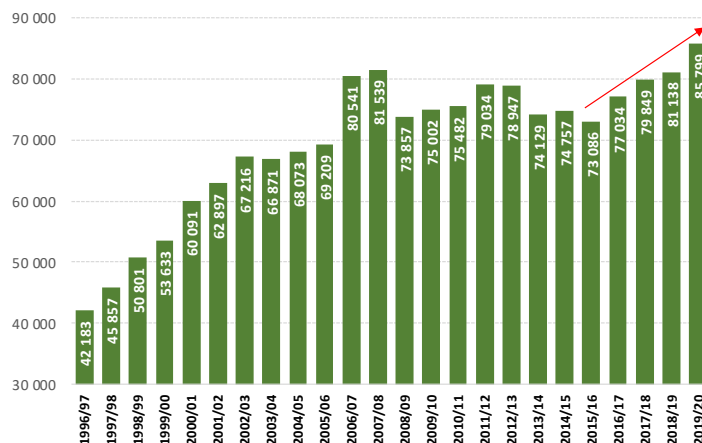
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Estes resultados confirmam o claro reforço da qualificação da população residente em Portugal nos últimos anos, em consonância com os mais recentes dados de diplomados e em associação com a prioridade política conferida ao alargamento efetivo da base social de apoio ao conhecimento e ao ensino superior.

Em 2019/20, Portugal registou **um novo máximo histórico no número de diplomados**, com os estabelecimentos de ensino superior a emitirem **85.799 diplomas**, mais 4.661 do que no ano letivo anterior. Este crescimento de 6% face ao ano anterior representa o quarto crescimento anual consecutivo e a taxa de crescimento anual mais elevada desde 2006/07.

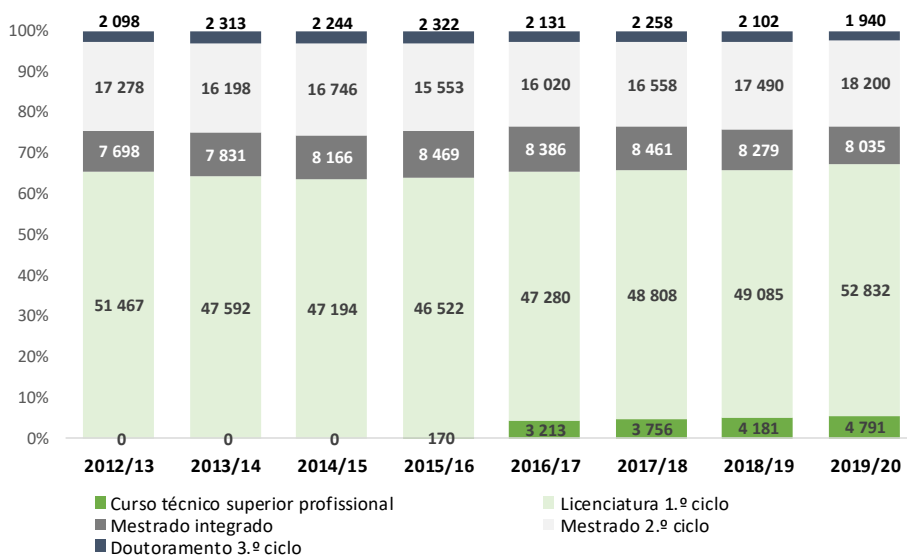
**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**  
**GABINETE DO MINISTRO**

Figura 3 - Diplomados em ciclos de estudos de ensino superior – 1996/97 a 2019/20



Fonte: DGEEC

Figura 4 - Diplomados em cursos/ciclos de estudos de ensino superior por ciclo de estudos – 1996/97 a 2019/20



Fonte: DGEEC

Entretanto, deve ainda ser salientado que **foram admitidos 50.859 estudantes em 2021-2022 no ensino superior público através do Concurso Nacional de Acesso, encontrando-se agora concluídas todas as fases desta via de ingresso.** Este número de colocados vem confirmar as estimativas apresentadas previamente pelo Governo que, consideradas todas as vias de ingresso, **o número total de colocados no ensino superior público e privado em 2021-2022 seja superior a 100 mil estudantes, permitindo manter o crescimento do número de estudantes no**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**ensino superior, que se verifica desde 2015 e atinge mais de 400 mil estudantes em 2020/21,** enquanto eram 358 mil estudantes nos sectores público e privado em 2015.

Estes resultados mostram uma efetiva democratização do acesso ao ensino superior, designadamente através das seguintes ações de política conduzidas nos últimos anos:

- Celebração de “contratos de legislatura” em 2016 e em 2019, que possibilitaram aumentar o **apoio continuado às instituições de ensino superior**, estimulando uma crescente relação de confiança com os cidadãos e a sociedade;
- Reforço da **diversificação e especialização de diferentes perfis de oferta de ensino superior**, designadamente através da **valorização social do ensino politécnico**, designadamente através de formações curtas iniciais (i.e., Cursos tecnológicos profissionais - CTeSP), em articulação com a formação inicial tradicional (i.e., licenciaturas e mestrados), assim como ao estímulo à **coesão territorial através do conhecimento**;
- Adequação anual e gradual das regras de acesso ao ensino superior, com reforço de concursos especiais de acesso;
- Reforço da **cultura científica da população**, incluindo o reforço continuado ao **programa Ciência Viva** e às suas redes de centros, escolas e clubes em escolas de todo o País;
- Desenvolvimento sistemático de **plataformas inovadoras** em todo o País, combinando, articulando e diversificando formas de **ensino, investigação e inovação** e metodologias ativas de aprendizagem, envolvendo as instituições de ensino superior e os empregadores, públicos e privados, incluindo PME's;
- **Redução efetiva da despesa das famílias** com o ensino superior através da diminuição, desde 2019, do limite máximo do valor das propinas do ensino superior público em cerca de 20%;
- **Reforço do apoio social a estudantes carenciados**, incluindo no valor das bolsas, no limiar de elegibilidade e no complemento de alojamento, para além do reforço do Programa +Superior para apoiar bolseiros no interior do País;
- **Reforço das condições para o alojamento de estudantes** deslocados através da implementação do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), envolvendo IES e outras entidades, e incluindo o alargamento e diversificação da oferta através de camas protocoladas com autarquias, pousadas de juventude e hotéis e alojamentos locais;